

## **Direitos fundamentais das crianças com necessidades especiais à luz da constituição federal de 1988.**

Carlos Vinicyus oliveira Fiala<sup>1\*</sup>, Claudia Bianca Martins dos Reis<sup>2</sup>, José Carlos fiala roberto Filho<sup>2</sup>, José Pereira de Souza<sup>2</sup>, Weverton Evaristo Soares<sup>2</sup>, Aline Cirilo Caldas<sup>3</sup>, Rosicler Carminato Guedes de Paiva<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Direito, Afya Centro universitário de Ji –paraná, Rondônia, Brasil

<sup>2</sup>Direito, Afya Centro universitário de Ji –paraná, Rondônia, Brasil

<sup>3</sup>Orientadoras, Afya Centro universitário de Ji-Paraná, Ji-Paraná, Rondônia, Brasil

\*Autor correspondente: Vinicyusoliveira492@gmail.com

### **1. Introdução**

Nos últimos anos, a discussão sobre os direitos das crianças com necessidades especiais tem ganhado cada vez mais espaço no Brasil, tanto na sociedade quanto nas leis. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, pois garantiu a proteção e o respeito à dignidade dessas crianças, destacando a importância da igualdade e da inclusão. Mesmo com essas garantias, ainda enfrentamos muitos desafios para assegurar que elas tenham acesso real à educação, à saúde e a uma vida social adequada. Por isso, é importante entender como a Constituição trata esses direitos para que possamos construir uma sociedade mais justa e acolhedora.

Embora a Constituição e as leis tenham avançado bastante na proteção das crianças com necessidades especiais, na prática esses direitos ainda enfrentam muitos obstáculos, tanto nas políticas públicas quanto no dia a dia da aplicação das normas. Existe uma falta de clareza sobre como os princípios de igualdade, dignidade e inclusão previstos na Constituição são realmente colocados em prática nas escolas e em outras instituições, principalmente por conta de limitações estruturais e culturais. Muitos estudos focam na inclusão do ponto de vista pedagógico, mas ainda faltam trabalhos que analisem de forma mais detalhada os direitos fundamentais dessas crianças, considerando como a Constituição de 1988 é aplicada e onde ela falha. Essa ausência de estudos mostra a importância desta pesquisa, que

pretende ajudar a entender melhor e fortalecer as garantias que a Constituição oferece a essas crianças.

O problema que motivou esta pesquisa é: como os direitos fundamentais das crianças com necessidades especiais são garantidos pela Constituição Federal de 1988 e quais são os principais obstáculos para que esses direitos realmente aconteçam no dia a dia das nossas crianças? A partir dessa pergunta, o estudo busca compreender até que ponto as leis previstas na Constituição são colocadas em prática para assegurar que essas crianças tenham igualdade de oportunidades e possam ser plenamente incluídas na sociedade. Essa pesquisa é importante porque chama atenção para a urgência de garantir que esses direitos saiam do papel e cheguem à vida real, promovendo uma reflexão profunda sobre as políticas públicas existentes e sobre o papel que o Estado e cada um de nós, enquanto sociedade, devemos exercer para defender a dignidade dessas crianças. Além disso, o trabalho quer contribuir tanto no campo das ideias, aprofundando a discussão jurídica sobre o tema, quanto na prática, propondo caminhos para melhorar a aplicação das leis. Por fim, espera-se que essa pesquisa ajude a construir uma cultura mais respeitosa e inclusiva, onde as crianças com necessidades especiais sejam reconhecidas e valorizadas como parte essencial da nossa comunidade.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar os direitos fundamentais das crianças com necessidades especiais a partir da Constituição Federal de 1988, focando especialmente em como essas

normas garantem a dignidade, a igualdade e a inclusão social na prática. Para isso, a pesquisa se propõe a: 1. identificar as principais leis e dispositivos constitucionais que protegem essas crianças; 2. Investigar os desafios que existem para tornar esses direitos realidade dentro das políticas públicas; 3. Discutir qual é o papel do Estado e da sociedade na promoção da inclusão e acessibilidade; e 4. refletir sobre ações que possam fortalecer a efetivação desses direitos essenciais. Resumindo, esta introdução buscou mostrar a importância do tema, destacar a falta de conhecimento aprofundado na área, apresentar a questão central da pesquisa e definir os objetivos do estudo, estabelecendo assim uma base sólida para o entendimento e desenvolvimento do artigo.

## 2. Metodologia

Nesta pesquisa, nosso objetivo foi entender de que forma os direitos fundamentais das crianças com necessidades especiais, previstos na Constituição Federal de 1988, são realmente garantidos e colocados em prática, especialmente no que diz respeito à dignidade, igualdade e inclusão social. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, que se baseou principalmente na análise de bibliografia. Entre os dias 05 e 11 do mês de outubro de 2025, examinamos textos oficiais, leis, relatórios do governo e estudos já publicados sobre o tema. Nosso foco foi nos materiais que tratam diretamente das crianças com necessidades especiais e das políticas públicas destinadas a protegê-las. A coleta de informações aconteceu por meio de uma leitura cuidadosa e crítica desses documentos, buscando identificar quais são as garantias legais e quais desafios existem para que esses direitos sejam cumpridos no dia a dia. Depois, refletimos sobre o que esses dados revelam sobre a realidade da inclusão das crianças com necessidades especiais. Além disso, tivemos muito cuidado com os aspectos éticos da pesquisa, respeitando todas as regras para garantir transparência, responsabilidade e honestidade na apresentação das informações, sempre valorizando o debate sobre respeito e inclusão social.

### 2.1 Tipo de Estudo

Este estudo é de natureza exploratória e qualitativa, realizado principalmente por meio de pesquisa bibliográfica. Optamos por esse caminho porque ele nos permite mergulhar fundo nos textos legais, nas ideias de especialistas e nos debates já existentes sobre os direitos das crianças com

necessidades especiais. Essa abordagem ajuda a entender melhor como a Constituição Federal de 1988 assegura esses direitos e quais desafios ainda precisam ser superados, mantendo uma conexão clara entre o método escolhido e o tema que queremos investigar.

### 2.2 Local e Período do Estudo

O estudo foi realizado no Brasil, com as atividades concentradas na biblioteca da faculdade, onde nos reunimos em grupo para discutir o tema de forma colaborativa. Durante os encontros, consultamos livros, artigos e materiais diversos, realizando pesquisas bibliográficas que embasaram a análise do tema. A pesquisa foi conduzida Entre os dias 05 e 11 do mês de outubro de 2025, período em que pudemos aprofundar nossa compreensão sobre os direitos das crianças com necessidades especiais a partir das fontes disponíveis.

### 2.3 População e Amostra

Neste estudo, nossa “população” são os diferentes livros, artigos, leis e documentos que falam sobre os direitos das crianças com necessidades especiais no Brasil. Como fizemos uma pesquisa bibliográfica, escolhemos uma “amostra” de forma intencional, buscando justamente os materiais mais importantes, atuais e confiáveis sobre o tema. Selecionamos textos que abordam a Constituição Federal de 1988, outras leis relacionadas e publicações que falam sobre inclusão e direitos fundamentais. Essa escolha cuidadosa nos permitiu focar no que realmente ajuda a entender melhor a questão que queremos investigar.

### 2.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Para reunir as informações, usamos principalmente a análise de documentos e a pesquisa bibliográfica, escolhendo com cuidado livros, artigos, leis e relatórios confiáveis sobre os direitos das crianças com necessidades especiais. Isso nos ajudou a entender melhor o tema e a focar nossa pesquisa. Além disso, o estudo de caso feito em sala, que apresentou uma situação hipotética de uma criança com necessidades especiais, foi fundamental para aprofundar nossa compreensão e orientar ainda mais nosso trabalho, tornando a pesquisa mais concreta e próxima da realidade.

### 2.5 Procedimentos para Coleta de Dados

A coleta de dados seguiu uma sequência lógica, começando pelo levantamento de fontes

primárias de pesquisa (bibliografia e documentos oficiais) e passando pela seleção criteriosa dos materiais mais relevantes. Em termos de tempo, a atividade se estendeu por aproximadamente 2 a 6 dias, de outubro de 2025, com ritmo adequado à quantidade de referências disponíveis. O local onde a coleta aconteceu foi a biblioteca da faculdade, complementada por ambientes digitais de pesquisa que facilitaram o acesso a leis, artigos e relatórios oficiais. A abordagem adotada envolveu leitura crítica, marcação de trechos importantes, discussão em grupo e validação entre pares, o que enriqueceu a compreensão do tema. Para assegurar qualidade e confidencialidade das informações, foram implementadas medidas como: organização sistemática de todas as fontes com citações completas e referências; checagem cruzada entre diferentes fontes para confirmar a consistência dos dados; armazenamento seguro de materiais digitais e notas de pesquisa, com backup periódico; uso de informações públicas autorizadas, evitando dados sensíveis sem necessidade de consentimento; tratamento ético de quaisquer conteúdos que apresentem situações hipotéticas, assegurando que não haja violação de privacidade.

### *2.6 Tratamento e Análise dos Dados*

Como nossa pesquisa é qualitativa, organizamos os dados reunidos para conseguir identificar os temas e ideias principais sobre os direitos das crianças com necessidades especiais. Em vez de usar números ou estatísticas, focamos em entender e interpretar o que as fontes nos mostraram. Para isso, usamos a análise temática, que nos ajudou a agrupar informações parecidas e destacar os pontos mais importantes para a nossa discussão. Tudo foi feito manualmente, com o apoio de ferramentas digitais para facilitar a organização e as anotações, garantindo que nossa análise fosse cuidadosa e bem aprofundada.

### *2.7 Aspectos Éticos*

Nossa pesquisa foi feita de forma bibliográfica, analisando livros, artigos, leis e um estudo de caso hipotético. Por não envolver contato direto com pessoas ou experimentos, não passou por avaliação de Comitê de Ética. Mesmo assim, seguimos todos os cuidados éticos, utilizando apenas fontes públicas e autorizadas, respeitando a privacidade das informações e tratando o estudo de caso hipotético

com responsabilidade, para garantir um trabalho sério e respeitoso em todas as etapas.

## **3. Resultados**

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender, com mais profundidade, os direitos das crianças com necessidades especiais no Brasil, a partir da análise bibliográfica e do estudo de caso hipotético. Os dados revelam que, embora o país possua um arcabouço jurídico sólido voltado à inclusão, acessibilidade e proteção, ainda existem entraves significativos para a efetivação desses direitos no cotidiano escolar e social.

A educação inclusiva, fundamental para a promoção de uma sociedade equitativa, é garantida por uma série de legislações que buscam assegurar o direito à educação para todos. Com base em uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, foram revisados documentos legais, estudos acadêmicos e políticas educacionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

O estudo de caso hipotético realizado em sala de aula foi essencial para ilustrar situações reais enfrentadas por essas crianças, como a falta de preparo de profissionais, barreiras arquitetônicas e resistência cultural à inclusão. Essa vivência prática permitiu uma reflexão mais concreta sobre os desafios enfrentados por esse público e reforçou a importância de políticas públicas eficazes e sensíveis às suas necessidades.

Apesar de os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação terem o direito formal de acesso à escola comum, a participação nas atividades escolares e a aprendizagem desse público ainda é um desafio, desvelando a necessidade de que a perspectiva da educação inclusiva seja intensificada. (ANA PAULA BOFF, ANDREIA DE BEM MACHADO. Educar em revista, 2024).

É importante destacar que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, os resultados refletem o que está documentado na literatura, o que pode limitar a generalização dos achados para contextos específicos. No entanto, a combinação entre teoria e prática trouxe uma visão mais rica e aplicável do tema. Em síntese, os resultados reforçam a urgência de ações que vão além da legislação: é preciso transformar a cultura escolar e social para garantir, de fato, a inclusão e o bem-estar dessas crianças. O papel da

sociedade, da escola e do Estado é determinante nesse processo, e os caminhos apontados pela pesquisa indicam possibilidades concretas para avanços futuros.

#### 4. Conclusão

Este estudo mostrou que, apesar da existência de leis importantes que protegem os direitos das crianças com necessidades especiais no Brasil, ainda há muitos desafios para que esses direitos sejam realmente colocados em prática no dia a dia. A pesquisa, baseada em livros, artigos e um caso hipotético, destacou que a inclusão vai além da lei e depende também de mudanças culturais e educacionais na sociedade. O trabalho reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas e do envolvimento de toda a comunidade para garantir que essas crianças tenham seus direitos respeitados de verdade. Como limitação, vale lembrar que, por ser uma pesquisa bibliográfica e com um caso hipotético, os resultados não contemplam experiências reais e variadas. Por isso, é importante que futuras pesquisas levem em conta as vivências concretas dessas crianças, para ajudar a construir soluções que realmente façam a diferença na vida delas e contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva.

#### 5. Referências

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Políticas públicas e marcos legais da educação inclusiva no Brasil. *Revista Rease*, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17776/10150/43841> Acesso em: 11 out. 2025.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e85133, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.85133> Acesso em: 13 out. 2025.

Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 11 out. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 11 out. 2025.

UNICEF. Relatórios sobre a situação da infância no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios>. Acesso em: 11 out. 2025.